

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**

**23 a 25 de julho de 2017**

**GT08 – HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL**

**Uma história a ser (re)contada...**

**A luta pela implementação da Sociologia no Ensino**

**Médio: narrativas, gerações e espaços de disputas.**

**Roberto Mosca Junior**

**Colégio Pedro II**

**robertomoscajr@mac.com**

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o processo histórico de implementação da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio percorrendo algumas biografias que se engajaram nesta luta. Para tanto, abarca três gerações (anos 1980, 1990 e 2000) que se constituíram, como um campo contra hegemônico, nas Ciências Sociais, ampliando seu leque de atuação e, por vezes, fazendo oposição a um corpo universitário já consolidado mas que, apenas de forma minoritária, abraçava tal bandeira<sup>1</sup>. A metodologia de pesquisa adotada é a história oral a qual envolveu narrativas de sujeitos/atores que consideramos importantes para (re)contar esta história.

Seguindo a ideia de que “o esquema básico de uma sequência narrativa é algo como: situação inicial – complicação – reação – resolução – situação final – avaliação ou moral da história”, como descreve Muniz Sodré (SODRÉ, 2009, p. 204), começamos nossa investigação de maneira arbitrária em relação ao corte temporal. Localizamos nossa situação inicial na segunda metade da década de 1980, mais precisamente com a notícia publicada no boletim da Associação Profissional dos Sociólogos do Rio de Janeiro (APSERJ), no mês de novembro de 1989, noticiando a aprovação da inclusão da Sociologia na Carta Magna do Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

### 1. Situação inicial

Um pequeno artigo de Santo Conterato, ex-professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-diretor da APSERJ, oferece um relato importante sobre este

---

<sup>1</sup> Para entender melhor esta abordagem, ver Braga, 2009.

<sup>2</sup> O parágrafo 4º do Artigo 317, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro atesta que “será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia.”

momento e foi nosso ponto de partida para esta estória. Este texto<sup>3</sup> é um dos destaques da campanha pela implementação da Sociologia nos Currículos do ensino médio, contando com articulação com parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), participação de estudantes do ensino médio, professores universitários, e apoio popular por meio de mais de 3060 assinaturas coletadas pela APSERJ.

A partir deste pontapé, fomos buscar na memória “dos outros” narrativas sobre este momento. Infelizmente já falecido, não foi possível conversar pessoalmente com o professor Santo e registrar sua narrativa. Novamente de maneira arbitrária, porém sob influência da trajetória de um dos pesquisadores no campo das Ciências Sociais, fomos procurar Luitgard Oliveira Barros, antropóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Incansável defensora da inserção da Sociologia nos Currículos da Educação Básica, ela foi costurando, ou melhor, desenrolando um emaranhado de casos com os quais pudemos aprender um pouco mais sobre a importância da luta para a implementação da Sociologia como disciplina obrigatória.

Apostando na máxima de Walter Benjamin de que a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores (BENJAMIN, 1994, p.198), procuramos a professora que possibilitaria o início dos registros sobre a história que queremos contar.<sup>4</sup> Nosso objetivo é possibilitar que as gerações futuras, mas também as presentes, possam usufruir de mais uma ferramenta na luta pela implementação (e consolidação valorizada) da Sociologia no ensino médio. Esta história certamente já foi contada por outros<sup>5</sup>, mas a questão aqui é que nesta narrativa, “o narrador, que sou eu, retira da própria experiência o que conta e ao

---

<sup>3</sup> Texto publicado na revista *Perspectiva Sociológica* N.2 de 2009. Revista de divulgação científica da área de Sociologia e Ensino de Sociologia do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que esta empreitada foi iniciada em 2015 através de entrevistas que foram filmadas e que fazem arte do projeto de produção de um documentário sobre a luta da implementação da Sociologia no Ensino Médio. Tal iniciativa se insere dentro do projeto de iniciação artística e cultural desenvolvido por mim e pelo professor Vinicius Mayo no âmbito do departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Vale destacar que a pesquisa ainda está em andamento.

<sup>5</sup> Ver a narrativa de Lejeune Mato Grosso de Carvalho que, em “A trajetória Histórica da Luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil”, relembra fatos importantes sobre o período de 2001. Ver também relatos de Anita Handfás em “A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro” apresentando importantes passagens que permitem identificar forças políticas hegemônicas que atuaram nesse processo. Ver ainda Amaury Moraes em “Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela obrigatoriedade.”

mesmo tempo quando busca algo relatado pelos outros” (BENJAMIN, 1994, p.201). Assim, acabamos nos apropriando dessas outras narrativas e quando entrevistamos as pessoas incorporamos o que foi narrado à experiência dos ouvintes a minha experiência e a minha narrativa.

Voltando ao encontro com a professora Luitgard, é interessante observar que, 23 anos após a conclusão do meu curso de graduação, volto para escutar as histórias que embalsamaram minha formação e que fazem parte da tradição de um determinado campo das Ciências Sociais. Estas lembranças acabam nos jogando nesta aventura que é lutar pela implementação da Sociologia no ensino médio. Entre relatos saudosos e apaixonados temos uma boa amostra de uma geração que apostou, mesmo sem muito apoio nos departamentos de Sociologia das universidades, na defesa de uma política necessária para a expansão e função social no combate às desigualdades que cabe ao ensino de sociologia. Formados por Cientistas Sociais que nos anos de 1950 e 1960 lutaram contra a fome e a desigualdade no Brasil, na estirpe de um Josué de Castro, a professora Luitgard representa uma geração engajada e combativa.

## **2. Complicação.**

Os anos 1990, que representam um desenrolar de acontecimentos históricos que nos auxiliam na construção desta narrativa, podem ser melhor compreendidos a partir de três depoimentos biográficos: de Renato Athaíde, Julia Polessa e Flávio Serafim.

No período que sucedeu ao movimento FORA COLLOR<sup>6</sup>, os cursos de Ciências Sociais experimentaram a chegada de algumas dezenas de estudantes de uma tradição militante em organizações estudantis e partidos políticos. É nesta geração que me incluo e é na figura de Renato Athaíde ou Renato Cinco, como é mais conhecido, que ancoramos este período da narrativa. Renato, então estudante do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, foi um dos organizadores, junto com outros estudantes da Universidade Federal Fluminense

---

<sup>6</sup> As manifestações pelo “Fora Collor”, ocorridas em 1992, foram articuladas por movimentos estudantis que ficaram conhecidos como “cara-pintadas” e tinham como principal objetivo o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

(UFF), da UERJ, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), do Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS), realizado na UERJ em 1994. Este encontro foi responsável, entre outras coisas, pela reorganização, em âmbito nacional, do movimento estudantil em Ciências Sociais, criando uma nova Executiva Nacional que, posteriormente, viria a se tornar a Federação Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (FEMECS). Esta, por sua vez, abraçou a luta pela implementação da Sociologia no ensino médio como uma de suas prioridades nos dez anos subsequentes.

Esta geração, e todo o espírito que ela representou, está presente na narrativa de Renato quando este diz que, entre os profissionais das Ciências Sociais, há uma disputa explícita sobre a abrangência deste conhecimento e para quem este estaria disponível.

“Na década de 1990 tínhamos um certo elitismo que era imposto aos alunos como exigência de um comportamento elitizado. Você quer ser Cientista Social, então você tem que vir de uma família que garanta que você não vai precisar trabalhar até terminar o doutorado [...] Se esta concepção se mostra tão elitizada, então por que a Sociologia no ensino médio? É como jogar pérolas aos porcos.” (Renato Athaíde, em entrevista de 2015)

Nós, que lutamos naquele momento pela implementação da Sociologia no ensino médio, não referendávamos essa elitização, pensávamos o contrário, queríamos que este conhecimento fosse o mais democrático possível e já naquele momento sabíamos dos limites do currículo de uma Sociologia no ensino médio. Alguns estudantes começaram então a desempenhar um papel contrahegemônico no ambiente acadêmico das Ciências Sociais no estado do Rio de Janeiro e mesmo em âmbito nacional. As estratégias utilizadas foram reuniões, encontros e seminários organizados pela Executiva Nacional que sempre fomentava a discussão sobre a implementação da Sociologia. Começamos ali um movimento que foi crescendo dentro dos cursos de Ciências Sociais, um movimento estudantil de área que foi tomando certa organicidade e sendo capaz de debater um tema que, em

determinados espaços, não era prioridade. Depois do encontro da UERJ, vários encontros regionais incluíram, na sua pauta, o tema da sociologia no ensino médio. Outros ENECS como o de Fortaleza (1995), Natal (1999), Rio de Janeiro/UERJ (2000) e Recife (2001) também podem ser considerados espaços importantes para o fortalecimento das demandas dos estudantes de Ciências Sociais. Estes encontros passaram a representar um campo contrahegemônico em relação aos da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) que pouco prestigiavam o debate para a implementação da Sociologia no Ensino Básico.

Outras duas trajetórias que simbolizam um momento subsequente e que são importantes para o fio condutor desta história são de Flávio Serafim e Julia Polessa. Aqui elas serão chamadas, certamente de maneira parcial, de geração dos anos 2000. Flávio Serafim, então estudante da UFF é hoje parlamentar e professor da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPJV) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Julia Polessa, ex-estudante do IFCS-UFRJ, hoje é professora da Faculdade de Educação da UFRJ.

Tanto Flávio como Julia confirmaram uma das teses aqui defendidas: a importância da articulação do movimento estudantil de área, na representação da FEMECS, junto a outros atores em âmbito nacional como a Federação Nacional dos Sociólogos entre outras entidades sindicais e acadêmicas. Esta geração se tornou uma força motriz na luta pela implementação da Sociologia, que naquele momento era capitaneada pela PLC 9/2000<sup>7</sup> de autoria do Padre Roque, mas só em 2001 tem a votação e aprovação pelo Senado Federal. Ao percorrermos essas biografias, podemos perceber um aumento na mobilização no Rio de Janeiro principalmente por conta da Secretaria de Organização de Eventos da FEMECS que aglutinou estudantes dos principais cursos de Ciências Sociais do Rio (UERJ, PUC, UFRJ e UFF).

Estas biografias podem ser incluídas dentro do que Giovanni Levi (2005) caracteriza, em sua tipologia das biografias, como *biografia e contexto* ao abordar a complexidade irresoluta de uma perspectiva biográfica:

---

<sup>7</sup> O Projeto de Lei da Câmara nº 9 de 2000 do Deputado Padre Roque (PT-Paraná) torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas de Ensino Médio do país.

“Nesse tipo de utilização, a biografia conserva sua especificidade. Todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explica a singularidade das trajetórias.” (LEVI, 2005, p.175)

Sem dúvida, um dos desafios do cientista social é definir o papel da biografia. Afinal será que ela nos serve como instrumento para compreender a vida social? Ou apenas para entender a inserção de um indivíduo no mundo social? Como propõe Giovanni Levi: “Doravante a biografia assume um papel ambíguo em história: pode ser um instrumento da pesquisa social ou, ao contrário, propor uma forma de evitá-la”. (Levi, 2005, 168).

Diante desta ambiguidade, o que descartar e o que aproveitar das narrativas? De fato é preciso entender que tudo é uma construção e que certas falas são “produzidas” no contexto da entrevista, outras acabam sendo improvisadas ou mesmo silenciadas.

Tendo em vista um leque de possibilidades de abordagem, um dilema se coloca: O que é mais importante lembrar? De uma assembleia e suas votações ou a maneira que se organizava a estrutura da FEMECS? De que a campanha se tornou prioritária a partir do ENECS-Recife em 2001 ou de como a vida de uma professora universitária foi sendo construída? O que pretendemos aqui é demonstrar que esta dicotomia entre indivíduo e estrutura pode ser entendida de maneira relacional e não de forma estanque, uma vez que as biografias enaltecem o contexto histórico-social em que foram construídas. Desta forma, ao priorizar discutir escolhas, dilemas pessoais, lembranças e emoções acabamos por compreender de forma concomitante situações de ordem macrossociológica.

“Precisamos formar pessoas que se dedicam a pesquisas específicas complexas, em profundidade, mas precisamos também pessoas que vão divulgar este conhecimento,

afirmando que esta vocação tem que estar presente no Curso de Ciências Sociais.” (Julia Polessa, em entrevista de 2015)

O trabalho de reconstrução de trajetórias é múltiplo e inesgotável e, por isso, a todo momento procuramos realizar o exercício lembrado por Giovanni Levi sobre a tarefa que Bourdieu propõe no seu ensaio sobre a ilusão biográfica:

“Pierre Bourdieu falou acertadamente de “ilusão biográfica” considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante” (LEVI, 2005, p.169)

Na tentativa de dar conta deste quadro social que se remodela o tempo todo, o desafio que se coloca é como fazer com que estas biografias se dialoguem (incluindo a do próprio pesquisador), pois são pessoas que conviviam num mesmo momento histórico.

“Nesse contexto, é essencial conhecer o ponto de vista do observador; a existência de outra pessoa em nós mesmos, sob a forma do inconsciente, levanta o problema da relação entre a descrição tradicional, linear, e a ilusão de uma identidade específica, coerente, sem contradição, que é senão o boné ou a máscara, ou ainda o papel oficial, de uma miríade de fragmentos e estilhaços” (Levi, 2005, p.173)

Como narrador deste momento, o que me cabe, por exemplo, é aproximar situações relatadas a partir de contextos diferentes. Julia e Luitgard, mesmo pertencendo a diferentes gerações, se mostraram chocadas ao comentar, para veículos de meios de comunicação, o veto de Fernando Henrique Cardoso que, como presidente sociólogo, não sancionou a lei 9/2000, que acabara de ser aprovada no congresso em 2001, fruto de um esforço acumulado de vários setores das Ciências Sociais. Estes relatos, embora de momentos diferentes e vindo de perspectivas individuais,



nos permitem perceber que um campo contrahegemônico estava sendo construído naquele contexto histórico.

“Aí na hora que o Fernando Henrique vetou, aí me telefonaram para eu dar uma entrevista, aí me perguntaram: Como a senhora vê o veto do sociólogo presidente da república? E eu entrei e falei. Olha, eu gostaria que você me respondesse uma pergunta. Se você tivesse notícia que existe uma grande epidemia atacando a cidade e o secretário de saúde proíbe a entrada de vacinas, o que você pensaria deste profissional? [...] O senhor FHC sabe que esta juventude não conversa com os pais, é com o professor de sociologia que ele vai conversar: o que é assaltar, o que é não estudar, o que é morar numa favela, ele tem a única chance de discutir o entorno de sua vida numa aula de sociologia e o presidente da república veta isso!!!! Saiu a TV do ar”. (Luitgard Oliveira, entrevista em 2015)

“Teve o sentimento que eu tive na época [...] Teve esta decepção do ponto de vista da área [...] Eu via a importância que a Sociologia tinha nessa conexão da interdisciplinaridade [...] Não era para garantir mercado de trabalho para a gente, era por que a sociologia é importante para o jovem que está se formando, não para ele ser um jovem sociólogo, mas para atuação dele na vida e no mercado [...]” (Julia Polessa, entrevista em 2015)

Mesmo com o PLC9/00 aprovado, tivemos uma grande decepção, como relataram as narrativas de Luitgard e Julia. Para Lejeune Mato Grosso, então presidente da Federação Nacional de Sociólogos (FNSB), o que poderia representar, naquele momento, um fato histórico na luta pela implementação da Sociologia, acabou se tornando “um banho de água fria” com o veto de um presidente sociólogo.

“No entanto, apesar dos problemas e de nossas fraquezas, obtivemos aquela que teria sido a maior vitória de nossa

categoria em mais de cem anos. O PLC 9/00 fora finalmente aprovado em 18 de setembro por uma ampla margem de dois terços dos votos (40 a 20). (MATO GROSSO, 2004, p.26)

Esta derrota preliminar nos leva a um outro momento, o refluxo e a reorganização de forças na luta pela implementação da Sociologia no ensino Médio.

### **3. Reação/Resolução**

Com a pesquisa ainda em andamento e a falta de entrevistas sobre a geração que abrange outubro de 2001 até o ano de 2008 quando ocorre a aprovação da lei 11.684 que torna a Sociologia obrigatória nos três níveis do ensino médio, neste tópico recorreremos a fontes bibliográficas para complementar nosso argumento.

No dia 08 de outubro de 2001 se concretiza o veto presidencial ao projeto de lei 9/00, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no nível médio. Dos motivos que levaram o governo ao veto, cabe ressaltar os argumentos de falta de profissionais e recursos financeiros e de que os conteúdos sociológicos já estavam contemplados nos temas transversais de outras disciplinas.

Como cita Amaury Cesar, em seu artigo sobre os argumentos formais e os latentes publicados logo após o veto do presidente,

“Ainda não descobrimos qual o sentido do veto presidencial [...] Nada disso porém surpreende, quando relembramos uma carta do inesquecível professor Paulo Duarte, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 15 de maio de 1964, no calor dos acontecimentos lamentáveis que atingiram a USP na sequência do Golpe Militar. Diz o autor a certa altura: Há, entretanto, coisa muito pior: corre por aí a colher assinatura, uma representação a ser enviada à Câmara dos Deputados, pleiteando uma lei que exclua do ‘currículo’ universitário as Ciências Sociais, por serem subversivas!!!” (MORAES, 2004, p.110-111).

#### 4. Situação final

Por fim, mas não de maneira conclusiva, e reconhecendo algumas lacunas que devem ser preenchidas com a continuação da pesquisa, é fundamental analisar em que patamar se encontra a luta pela implementação da Sociologia no Ensino Médio.

Tomamos brevemente alguns relatos em vídeos<sup>8</sup> de professores da rede pública da Secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) realizados durante a greve de 2016 da rede estadual de educação.

Estes relatos mostram que uma das pautas mais importantes é a questão da melhoria das condições de trabalho como relata o professor Bruno Salgado:

“Nós experimentamos condições de trabalho degradantes dentro das escolas públicas do estado do Rio de Janeiro Com a redução de um tempo de aula em 2012, nós tivemos uma ampliação da carga de trabalho, professores como eu chegaram a acumular vinte e duas turmas com quase mil alunos, então se você tem uma carga de tempo de aula reduzida, a gente acaba aumentando o número de turma e consequentemente a quantidade de trabalho.”

Atualmente, a questão da luta mudou qualitativamente, não é mais a implementação, como em outrora, mas sim a qualidade do trabalho do professor de Sociologia. Desta forma, a bandeira de luta que foi encampada na última greve da SEEDUC de “nenhuma disciplina com menos de um tempo” foi uma das reivindicações vitoriosas. Confirmamos isso na fala do professor Bruno Salgado:

---

<sup>8</sup> A luta pela condições de trabalho de professores de Sociologia e Filosofia. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=d-cxZdLSqls> e Esta greve também é por nenhuma disciplina com menos de dois tempos semanais. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=YxHY9bkihBQ>.

“É impossível numa sala de aula com mais de quarenta alunos você desenvolver qualquer trabalho qualitativo com apenas cinquenta minutos de aula, isso foi reconhecido pela própria SEEDUC que reconhece que é impossível implementar o currículo que é mínimo.”

Assim, para finalizar, pensamos que a moral da história é se torna de extrema importância uma campanha pela ampliação da carga horária como condição para o ensino de sociologia de forma digna por todos nós que estivemos, estamos e estaremos neste campo contrahegemônico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov** in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. BENJAMIN, Walter , São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In *Usos e Abusos da História Oral*. Coord. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BRAGA, Ruy. **Atravessando o abismo: Uma sociologia pública para o ensino médio** in *Por uma sociologia pública*. BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. São Paulo: Alameda, 2009.

CONTERATO, Santo. **A saga da Sociologia no Ensino Médio**. *Perspectiva Sociológica N.2* Revista de divulgação científica da área de Sociologia e Ensino de Sociologia do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 2009.

HANDFAS, Anita ; MAÇAIRA, Julia Polessa. **O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica**. In *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Org. HANDFAS , Anita et al. Rio de janeiro: 7Letras, 2015.

LEVI, Giovanni. **Usos da Biografia** . In *Usos e Abusos da História Oral*. Coord. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

MATO GROSSO, Lejeune de carvalho. **A trajetória Histórica da Luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil**. In *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio*, Editora UNIJUÍ, Ijuí. Rio Grande do Sul. 2004.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela obrigatoriedade.** Cad. Cedes, Campinas, Vol. 31, N.85, P.359-382, set.-dez.2011. disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUZA, Aline Miranda e; HANDFAS, Anita; FRANÇA, Thays Marcely. **A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro** in OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Sociologia na Sala de Aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Org. André Videiras de Figueiredo, Luiz Fernandes Oliveira, Nalayne Mendonça Pinto. Rio de Janeiro. Imperial Novo Milênio, 2012.

#### **Vídeos:**

A luta pela condições de trabalho de professores de Sociologia e Filosofia. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=d-cxZdLSqls> em acessado em 14.09.2016

Esta greve também é por nenhuma disciplina com menos de dois tempos semanais. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=YxHY9bkihBQ> acessado em em 14.09.2016